



CNPJ Nº 88.447.032/0001-80

NIRE 43300007766

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Março/2024

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

Conteúdo	Páginas
Relatório dos auditores independentes.....	03
Demonstrações Contábeis	
Relatório da Diretoria.....	06
Balanços patrimoniais	08 e 09
Demonstrações do resultado.....	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis	14

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – em recuperação judicial

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Moinhos de Trigo Indígena S.A. – Motrisa – em recuperação judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Moinhos de Trigo Indígena S.A. – Motrisa – em recuperação judicial, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Recuperação Judicial

Fatores como mudanças climáticas, redução da oferta de trigo em função da guerra entre a Rússia e Ucrânia e desvalorização do Real frente ao Dólar, impactaram significativamente a estrutura de custos e a geração de caixa da Companhia. A soma destes fatores levou à Companhia a dificuldades financeiras, fazendo com que a Administração entrasse com pedido de recuperação judicial de forma a manter a continuidade das suas operações.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, em 02/10/2023 foi deferido pela 14ª Vara Cível da Comarca de Aracaju o pedido de recuperação judicial da Companhia. Em 01/12/2023, a Administração apresentou o plano de recuperação judicial que se encontra em fase de avaliação com os credores e stakeholders e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores.

Chamamos a atenção para o fato que a continuidade operacional da Companhia está diretamente relacionada à aprovação do pedido de recuperação judicial pela Assembleia Geral de Credores.

Conforme descrito na nota explicativa nº 9, a Companhia mantém registrado imposto de renda e contribuição social ativo diferidos, no montante de R\$ 50.228 mil reais, com expectativa de realização através de lucros tributáveis futuros.

Chamamos a atenção para o fato de que a geração de lucros tributáveis futuros e, conseqüentemente, a realização do ativo diferido estão diretamente relacionadas à aprovação do pedido de recuperação judicial pela Assembleia Geral de Credores.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 08 de março de 2024.

Crowe Consult Auditores e Consultores Associados
CRC RS-009034/O



João Henrique Sperling Lubisco
Contador – CRC- RS067.188/O

Rafael Ferrari
Contador – CRC- RS065.901/O-0

***Aos Acionistas da Moinhos de Trigo Indígena S.A. – MOTRISA
Porto Alegre/RS***

Prezados (as) Senhores (as):

Cumprindo determinações legais e estatutárias, a Direção submete à sua apreciação, o presente relatório, as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados.

Identidade Organizacional

Nosso Propósito

Paixão em servir clientes e consumidores.

Nossa Missão

Produzir alimentos com qualidade superior que proporcionem melhoria da qualidade de vida dos consumidores.

Nossa Visão - 2034

Ser reconhecida como a melhor empresa do ramo de farinhas e derivados do Nordeste Brasileiro.

Nossos Valores

- 1- Ética;
- 2- Respeito;
- 3- Transparência;
- 4- Gostar de pessoas;
- 5- Excelência na execução.

Nossas Estratégias

- 1- Ter as pessoas certas nos lugares certos;
- 2- Fortalecer as marcas;
- 3- Buscar permanente lucratividade;
- 4- Melhorar a eficiência operacional;
- 5- Focar nas necessidades dos clientes e consumidores.

Política do Sistema de Gestão

Satisfazer clientes e consumidores com produtos e serviços que tenham como foco a qualidade e a segurança dos alimentos, o respeito ao meio ambiente, a preservação da segurança dos nossos colaboradores e a melhoria contínua.

Panorama Geral

Em 2023 a crise de liquidez agravou-se devido à redução das receitas resultante da queda nas vendas. A pandemia global e a Guerra entre Rússia e Ucrânia intensificaram a crise econômica, impactando vários setores, incluindo transporte e produção de grãos.

Nossa Companhia enfrentou desafios devido à escassez e volatilidade dos preços do trigo e ao aumento dos custos de produção, que não puderam ser totalmente repassados aos consumidores. Além disso, a variação cambial e o elevado custo financeiro de seus passivos ocasionou um impacto financeiro significativo.

Nesse cenário, a crise econômico-financeira da Companhia se sobrepôs. Com isso, o crédito junto a fornecedores restringiu-se substancialmente e a atividade operacional foi crescentemente contaminada pelo custo das dívidas de curto prazo. Destarte, a Motrisa se viu, com o passar dos meses de crise nacional, em delicada posição, não lhes restando outra opção, senão a de requerer no dia 04 de setembro de 2023 sua recuperação judicial.

A MOTRISA vem adotando ações para a reestruturação das áreas administrativa, financeira, operacional e comercial para fazer frente à crise lhe imposta, inclusive para se adequarem à restrição financeira e à necessidade de pagamento dos credores.

A Companhia está convicta que as medidas adotadas até o momento, estão em consonância com os objetivos propostos no Plano de Recuperação Judicial, que busca garantir que os mais de 89 anos da empresa, se perpetue com a garantia da qualidade dos seus produtos, com respeito aos clientes, consumidores, colaboradores e fornecedores.

Agradecemos o apoio recebido de V.Sas., de nossos parceiros de negócios, clientes e fornecedores durante o exercício que ora encerra-se, colocando-nos ao seu inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Rumo aos 90 anos de Solidez e Perseverança!

Porto Alegre/RS, 08 de março de 2024.

A Diretoria

André Reinaldo
Diretor Superintendente

Eloeste Ludwig
Diretor Executivo

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativo	(Em Reais)		
	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.455.882,83	3.467.192,58
Contas a receber de clientes	5	12.727.471,82	17.798.953,72
Estoques	6	15.774.215,54	11.689.983,48
Impostos e contribuições a recuperar	7	22.020.368,93	49.248.580,81
Impostos e contribuições antecipados	8	4.224.795,53	1.673.033,05
Outras contas a receber		1.281.890,69	778.362,64
Despesas antecipadas/adiantamentos		1.505.118,30	919.962,12
		<u>64.989.743,64</u>	<u>85.576.068,40</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	50.228.335,32	50.334.161,59
Impostos e contribuições a recuperar	7	126.927.550,29	71.476.784,97
Imóveis à venda	10	6.793.173,71	6.793.173,71
Depósitos judiciais	11	3.006.946,44	2.763.317,76
Partes relacionadas - controlada	12	115.650,90	112.936,16
Outras contas a receber	13	11.373.994,15	11.248.016,37
		<u>198.445.650,81</u>	<u>142.728.390,56</u>
Investimentos	14	4.897,00	4.897,00
Imobilizados	15	20.638.860,21	21.970.453,76
Intangíveis	16	17.051,06	23.206,87
		<u>20.660.808,27</u>	<u>21.998.557,63</u>
Total do ativo		<u>284.096.202,72</u>	<u>250.303.016,59</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

CNPJ Nº 88.447.032/0001-80

NIRE 43300007766

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022**(Em Reais)**

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	17	21.548.262,64	34.727.373,44
Fornecedores	18	21.758.929,32	5.074.007,26
Obrigações sociais e trabalhistas		1.133.012,56	1.073.775,24
Impostos e contribuições a recolher	19	14.798.577,35	4.608.990,98
Outras contas a pagar	20	2.909.249,41	10.875.699,36
		<u>62.148.031,28</u>	<u>56.359.846,28</u>
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	17	72.008.635,46	59.095.236,89
Impostos e contribuições a recolher	19	42.832.693,17	36.443.533,98
Provisões para contingências	21	1.750.737,80	5.668.372,71
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	17.366.594,62	14.293.451,59
Outras contas a pagar	20	22.281.256,23	10.694.206,31
Acionistas / Pessoas Físicas	22	151.017,14	158.371,63
		<u>156.390.934,42</u>	<u>126.353.173,11</u>
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social	23.a	44.000.000,00	44.000.000,00
Reservas de reavaliação	23.b	1.845.938,59	1.882.759,71
Reservas de lucros	23.c	19.711.298,43	21.707.237,49
		<u>65.557.237,02</u>	<u>67.589.997,20</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>284.096.202,72</u>	<u>250.303.016,59</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	25	137.147.676,24	174.354.680,20
Custos dos produtos vendidos		<u>(110.578.913,59)</u>	<u>(146.209.133,62)</u>
Lucro bruto		26.568.762,65	28.145.546,58
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	26	(18.747.727,13)	(20.518.731,38)
Despesas administrativas	26	(10.820.163,67)	(11.622.245,46)
Honorários da administração	26	(2.250.000,00)	(2.020.000,00)
Despesas tributárias		(2.219.260,91)	(2.544.088,39)
Outras receitas, líquido	27	<u>3.356.121,84</u>	<u>6.842.659,85</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		<u>(4.112.267,22)</u>	<u>(1.716.858,80)</u>
Receitas financeiras líquidas	28	<u>5.258.476,34</u>	<u>5.334.977,42</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.146.209,12</u>	<u>3.618.118,62</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	9.3	0,00	(328.140,88)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.a e 9.b	<u>(3.178.969,30)</u>	<u>(2.541.955,79)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>(2.032.760,18)</u>	<u>748.021,95</u>
Lucro líquido (Prejuízo) por ação	29	(0,05)	0,02

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



CNPJ Nº 88.447.032/0001-80

NIRE 43300007766

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – Em Recuperação Judicial
Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício	(2.032.760,18)	748.021,95
Resultado Abrangente Total	(2.032.760,18)	748.021,95

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – Em Recuperação Judicial
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Reservas de lucros							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de reavaliação / Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros retidos	Ações em tesouraria	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.000.000,00	1.919.660,84	6.433.329,25	14.385.282,31	103.702,85	0,00	0,00	66.841.975,25
Realização da reserva de reavaliação corrente	-	(36.901,13)	-	-	-	-	36.901,13	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	748.021,95	748.021,95
Destinação p/reserva legal (nota 23.3.1)	-	-	37.401,10	-	-	-	(37.401,10)	-
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 23.3.2)	-	-	-	12.210.936,65	-	-	(12.210.936,65)	-
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 23.3.4)	-	-	-	-	36.901,13	-	(36.901,13)	-
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(11.500.315,80)	-	-	11.500.315,80	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.000.000,00	1.882.759,71	6.470.730,35	15.095.903,16	140.603,98	0,00	0,00	67.589.997,20
Realização da reserva de reavaliação corrente (nota 23.2)	-	(36.821,12)	-	-	-	-	36.821,12	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.032.760,18)	(2.032.760,18)
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 23.3.2)	-	-	-	9.795.910,05	-	-	(9.795.910,05)	-
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 23.3.4)	-	-	-	-	36.821,12	-	(36.821,12)	-
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(11.828.670,23)	-	-	11.828.670,23	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.000.000,00	1.845.938,59	6.470.730,35	13.063.142,98	177.425,10	-	0,00	65.557.237,02

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – Em Recuperação Judicial
Demonstração do fluxo de caixa (método indireto)
dos exercícios findo sem 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	1.146.209,12	3.618.118,62
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.297.753,38	1.370.013,25
Custo na venda/baixa/transferências de ativos imobilizados e intangíveis	243.582,01	15.907.443,10
Atualização dos financiamentos e empréstimos	(757.466,82)	1.126.717,83
Provisão de imposto de renda e contribuição social	-	(2.870.096,67)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	5.071.481,90	8.667.670,40
(Aumento) redução nos estoques	(4.084.232,06)	1.776.245,37
(Aumento) redução nos tributos a recuperar e antecipados	(30.774.315,05)	(20.175.102,32)
(Aumento) redução em outras contas a receber, despesas antecipadas e depósitos judiciais	(1.458.291,00)	(5.829.896,26)
Aumento (redução) em fornecedores	16.684.922,06	(177.998,10)
Aumento (redução) nos impostos e contribuições a pagar	16.578.745,00	19.462.415,24
Aumento (redução) em acionistas, contas a pagar e provisões	(245.152,11)	(458.186,17)
Disponibilidade líquida proveniente nas atividades operacionais	3.703.236,43	22.417.344,29
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições/Transferências de imobilizado e intangível	(203.586,03)	(9.253.743,88)
Partes relacionadas - controlada	(2.714,74)	(5.905,88)
Disponibilidade líquida aplicada nas atividades de investimentos	(206.300,77)	(9.259.649,76)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	14.500.000,00	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(14.008.245,41)	(23.260.391,66)
Disponibilidade líquida proveniente (aplicada) nas atividades de financiamentos	491.754,59	(23.260.391,66)
	3.988.690,25	(10.102.697,13)
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
No início do exercício	3.467.192,58	13.569.889,71
No fim do exercício	7.455.882,83	3.467.192,58
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.988.690,25	(10.102.697,13)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e completou **89 anos** em 25 de junho de 2023, com sede em Porto Alegre/RS e filiais em Aracaju/SE, Salvador/BA, Maceió/AL e Cabo de Santo Agostinho/PE.

Seus objetivos sociais são moagem de trigo próprio e fabricação de derivados próprios; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; beneficiamento de produtos próprios; produção, importação e exportação e preparação de produtos de trigo e outros cereais próprios, dentre estes massas, bolos e biscoitos, de gêneros alimentícios; e a participação em outras sociedades.

1.1 Recuperação Judicial

A forte elevação nos preços do trigo no mercado mundial, provocados pelas (i) mudanças climáticas, (ii) redução da oferta em função da guerra entre a Rússia e Ucrânia e (iii) pela desvalorização do Real frente ao Dólar com impacto direto nos custos haja vista que o Brasil não é autossuficiente na produção desta commodity, impactou significativamente a estrutura de custos e a geração de caixa da Motrisa, promovendo um estrangulamento financeiro tão forte que a Administração da Companhia entrou com pedido de recuperação judicial de forma a manter a continuidade das suas operações. Em 02 de outubro de 2023 o Juiz da 14ª Cível de Aracaju/SE deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo Motrisa sob número 202311401823.

Abaixo segue uma breve descrição sobre o estágio da Recuperação Judicial:

- A recuperação judicial foi ajuizada em 05/09/2023 e o deferimento do processamento se deu em 02/10/2023.
- O valor do passivo sujeito à recuperação judicial soma R\$ 93.764.203,26 (Noventa e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e três reais e vinte e seis centavos) em moeda corrente mais USD 9.488.566,64 (Nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) em dólares norte americano.
- Em 18/10/2023 foi publicado o edital do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, contendo a relação de credores sujeitos à recuperação judicial apresentada pelas recuperandas.
- Com a publicação do referido edital, abriu-se prazo de 30 (trinta) dias corridos para que credores apresentem objeções ao plano de recuperação judicial e prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de impugnações de créditos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

- A Assembleia Geral de Credores (AGC) será realizada em data futura, conforme decisão a ser proferida pelo Exmo. Juiz da 14ª Vara Cível de Aracaju/SE, cujo evento deverá ocorrer no segundo semestre de 2024.
- Em 01/12/2023, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), acompanhado dos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação dos bens e ativos das recuperandas.

O plano de recuperação judicial que foi elaborado e será submetido à aprovação pela Assembleia Geral de Credores está disponível no processo e ainda pode sofrer aperfeiçoamentos mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer a partir do mês de setembro de 2024.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ 2.032.760,18, possui um passivo circulante de R\$ 62.148.031,28 bem como um passivo não circulante de R\$ 156.390.934,42, tendo na sua composição a maioria originada de financiamentos e empréstimos, inclusive de uma dívida repactuada em 2020, em dólares norte-americanos de US\$ 9,5 milhões e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais.

O resultado o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 deve-se, principalmente a: i) elevadas despesas financeiras (juros) decorrentes de empréstimos e financiamentos e a variação do dólar contribuindo negativamente no resultado em contra partida com a elevação da dívida em moeda estrangeira; ii) elevação no preço do trigo em consequência, iii) a impossibilidade de repasse do reajuste ao cliente com perda de competitividade e, iv) redução de faturamento.

Diante desse cenário, a Administração da Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (Nota 1.1), com o objetivo de permitir a busca de soluções para a continuidade das operações da Companhia, utilizando-se, em última análise da proteção do processo de recuperação judicial, que por meio do plano de recuperação judicial, protocolado em 01 de dezembro de 2023 para avaliação dos credores e que deverá ser aprovado em Assembleia Geral de Credores a partir do mês de setembro de 2024, possa permitir o equacionamento de seu passivo garantindo sua continuidade operacional.

Na avaliação da Administração da Companhia o plano possibilitará a realização de acordos com a maioria dos credores do Grupo Motrisa.

A Administração acredita ainda que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano apresentado, que será negociado para eventuais alterações até a Assembleia Geral de Credores e aprovado, também fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Motrisa. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

1.3 Preço base do trigo

Em consequência do conflito entre a Rússia, maior exportador mundial de trigo, e a Ucrânia que ocupa atualmente a 4ª posição, ambos exportadores responsáveis por aproximadamente 30% do mercado mundial do referido grão, equivalente a 210 milhões de toneladas; o custo do trigo neste cenário sofrerá impacto considerável, sendo necessário para a sobrevivência dos Moinhos o repasse desse acréscimo nos preços das farinhas e seus derivados. Desta forma, em decorrência disso, elevará ainda mais a inflação dos produtos alimentícios.

A Administração está acompanhando o mercado de trigo com muita prudência, desejando o término imediato do conflito e o retorno à civilidade.

2. Base de Preparação

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 08 de março de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Base de mensuração e moeda funcional

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico incorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado ou contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em “Reais” (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Determinação do Valor Justo

A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para àquele ativo ou passivo específico.

3. Descrição das Principais Políticas Contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

b. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As perdas de créditos são periodicamente avaliadas e apuradas para baixa direta em conta de resultado.

c. Usos de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões de impostos e tributos sobre o lucro, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando relevante, depreciações de bens, provisão para contingências, provisão de ativos e passivos e outras operações quando aplicáveis. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração anualmente revisa estas estimativas e premissas.

d. Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

dos itens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

f. Ajustes a valor presente

Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo, decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante, para registro contábil.

g. Investimento em controlada

As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais. Em 2023 e 2022 não foi reconhecido a equivalência patrimonial, pois a controlada Sarandi Alimentos S.A. está inoperante.

h. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e reavaliações efetuadas, deduzida das respectivas depreciações calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais da legislação do imposto de renda, conforme demonstrativo na nota explicativa nº 15. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração de resultado. Em 10 de setembro de 2020 a Diretoria da Companhia contratou a empresa Ibiaeon Consultoria Patrimonial, Avaliações e Informática Ltda. para implantar rotinas, normas e procedimentos; levantamento físico; conversão de dados; conciliação físico-contábil; saneamento base de dados; fornecimento de etiquetas de alumínio com QR CODE; avaliação de contas de investimentos; e teste de impairment (recuperabilidade) para atendimento a Lei 11.638/2007 e os CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e o CPC 27 Ativo Imobilizado, entretanto, pela complexidade do projeto não foi possível concluir dentro do exercício 2020, portanto, os efeitos foram reconhecidos no exercício de 2022.

i. Intangível

Ativos intangíveis compreendem desenvolvimento tecnológico e de produtos, direitos de usos de softwares e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear conforme nota explicativa nº 16.

j. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada no balanço patrimonial líquida das antecipações de impostos pagos durante o exercício.

k. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com as instituições financeiras, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro-rata-temporis), os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

l. Parcelamentos

Os saldos dos parcelamentos tributários junto a SEFAZ – Secretarias de Fazenda se referem ao ICMS e estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das amortizações pagas até a data do balanço, e classificados no passivo circulante e não circulante com base nos prazos de vencimento das amortizações. A companhia aderiu ao parcelamento em maior número de parcelas, concedidas pelo fisco em função da condição dada a contribuintes em recuperação judicial.

m. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n. Reconhecimento das receitas

A receita de vendas está apresentada líquida, ou seja, não inclui os tributos e as devoluções incidentes sobre as mesmas. A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

o. Ativo não circulante mantido para a venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. A mensuração segue o critério pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por Impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

p. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições impostas pelas práticas contábeis. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	7.326,72	8.752,93
Bancos	6.675.852,01	217.133,63
Aplicações financeiras	772.704,10	3.241.306,02
Total	7.455.882,83	3.467.192,58

Em 2023 não foram realizadas aplicações de longo prazo. As aplicações financeiras foram somente às automáticas do saldo em conta corrente que variam de 2% a 15% do CDI-Cetip. Em 2022 as taxas variaram de 2% a 15% do CDI-Cetip.

Em 31/12/2023 R\$ 4.270.669,12 está retido temporariamente junto ao Banco do Brasil S.A. para garantia de operação de crédito, valor será liberado quando o valor da cobrança atingir 45% do saldo do empréstimo. Em 31/12/2022 ficou retido com a mesma finalidade o valor de R\$ 6.233.578,30.

5. Contas a receber de clientes

Abertura do contas a receber de clientes por faixa de vencimento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

Vencidos	2023	2022
até 30 dias	351.892,53	432.527,12
acima de 30 dias	422.922,79	833.479,51
Total de títulos vencidos	774.815,32	1.266.006,63

A Vencer	2023	2022
até 30 dias	7.672.474,81	10.315.164,70
acima de 30 dias	4.280.181,69	6.217.782,39
Total de títulos a vencer	11.952.656,50	16.532.947,09

Total a receber de clientes	12.727.471,82	17.798.953,72
------------------------------------	----------------------	----------------------

Neste exercício a Administração da Companhia efetuou uma análise individual de títulos de créditos vencidos há longa data e dos históricos de inadimplência para reconhecimento das baixas por perdas de crédito diretamente no resultado do exercício. Em 2023 foi reconhecido como perdas de créditos o montante R\$ 466.959,51 (R\$ 551.740,68 em 2022).

6. Estoques

Descrição	2023	2022
Produtos acabados	2.395.977,03	1.908.473,21
Mercadorias	374.955,38	654.491,80
Produtos em elaboração	540.108,11	570.173,40
Matéria prima	4.388.026,62	337.594,68
Materiais secundários	400.083,49	640.743,78
Materiais e insumos em poder de terceiros	6.052.866,16	5.489.424,73
Embalagens	863.960,09	1.221.739,03
Materiais de consumo	661.005,42	833.949,78
Mercadorias em trânsito	97.233,24	33.393,07
Total	15.774.215,54	11.689.983,48

Os estoques encontram-se livres de ônus ou garantias.

7. Impostos e contribuições a recuperar (circulante e não circulante)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

Descrição	2023	2022
ICMS (a)	17.910.141,13	1.204.555,22
INSS	24.826,37	24.826,37
Tributos diversos	310,31	310,37
Imposto de renda pessoa jurídica	56.677,57	53.221,30
PIS	300.162,86	461.280,14
COFINS	994.289,51	1.948.563,53
Tributos recolhidos a maior (f)	56.546,22	44.635,58
Exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS (g)	2.677.414,96	2.677.414,96
ICMS SE sobre o farelo de trigo (c)	-	42.833.773,34
Total circulante	22.020.368,93	49.248.580,81

Descrição	2023	2022
ICMS (a)	9.178.782,43	9.207.061,23
ICMS BA, PE e SE sobre o farelo de trigo (c)	102.849.140,31	46.341.482,18
PIS ressarcimento (d)	1.300.798,51	1.300.798,51
COFINS ressarcimento (d)	6.157.619,49	6.157.619,49
(-) Provisão PIS/COFINS ressarcimento (d)	(3.225.564,02)	(3.225.564,02)
PIS semestralidade (e)	2.022.083,43	2.022.083,43
Exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS (g)	7.071.819,33	8.100.433,34
Imposto de importação a restituir (b)	1.572.870,81	1.572.870,81
Total não circulante	126.927.550,29	71.476.784,97

- a) São oriundos das atividades correntes da Companhia.
- b) Em 2015 a Companhia reconheceu crédito de Imposto de Importação recolhidos em 1992 a 1995 referente à importação de trigo em grãos provenientes da Argentina no valor atualizado de R\$ 5.134.928,66. Em dezembro de 2016 foi recebido o valor de R\$ 4.189.312,52 ficando um saldo remanescente a receber de R\$ 1.572.870,81 com a última atualização em 31/12/2022. Em 2023 adotamos o critério de atualização no momento da realização do crédito.
- c) Em 2017 foi reconhecido no ativo não circulante o processo transitado em julgado da restituição de ICMS PE sobre o farelo de trigo. Atualmente estão em fase de negociação com o Governo de PE para fins de utilização/compensação do crédito com os débitos gerados da operação mensal. Registramos em 2023 a título de atualização do processo o valor de R\$ 4.429.723,95, totalizando o crédito em 31/12/2023 o valor de R\$ 31.331.964,45 (R\$ 26.902.240,50 em 31/12/2022)

Em novembro de 2020, foi transitado em julgado e reconhecido nos registros contábeis o processo da mesma natureza, no Estado de Sergipe, sendo registrado em 2021 R\$ 3.247.960,93 a título de receita financeira. Registramos em 2023 a título de atualização do

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

processo o valor de R\$ 8.165.344,61, totalizando o crédito em 31/12/2023 o valor de R\$ 64.943.233,36. Atualmente estão em fase de negociação com a PGE/SE, para fins de utilização/compensação do crédito com débitos gerados proveniente saldo devedor de parcelamentos.

- d) Em outubro de 2022, foi transitado em julgado e reconhecido nos registros contábeis o processo da mesma natureza, no Estado da Bahia, sendo registrado no exercício o valor de R\$ 3.109.871,16 a título de receita financeira, totalizando o crédito em 31/12/2022 o valor de R\$ 5.495.126,27. Registramos em 2023 a título de atualização do processo o valor de R\$ 1.078.816,23, totalizando o crédito em 31/12/2023 o valor de R\$ 6.573.942,50.

Ainda existem outros processos com as mesmas características, originados de restituição do ICMS sobre o farelo /de trigo nos Estados, da Paraíba e Rio Grande do Norte, porém não foram transitados em julgado.

- e) No exercício de 2017 a Administração da companhia decidiu reconhecer uma provisão para perda do ativo não circulante sobre os créditos constituídos das contribuições do PIS/COFINS ressarcimento no montante de R\$ 3.225.564,02, pois a perspectiva de realização desse ativo é remota com base nas últimas decisões administrativas da RFB. A companhia já ingressou com os pedidos de ressarcimento para o saldo remanescente de R\$ 4.203.117,30, os quais foram analisados pela RFB e glosados na integralidade, portanto, a Administração protocolou petição de manifestação de inconformidade na Delegacia da RFB de Porto Alegre/RS e sem análise até o momento. Provavelmente essa questão será matéria de discussão perante o CARF.
- f) A Companhia registrou o crédito de PIS Semestralidade no valor atualizado conforme habilitação de crédito reconhecido por decisão transitada em julgado em 27 de março de 2006 e ciência da Companhia somente em 24 de agosto de 2011. O crédito foi contabilizado no longo prazo, pois a Justiça determinou a compensação com débito de mesma natureza, ou seja, somente com débito de PIS. Atualmente a Companhia não tem expectativa de realização do crédito no curto prazo, pois mensalmente são apurados mais créditos do que débitos de PIS.
- g) Oriundo de recálculo nas apurações de IRPJ/CSLL dos exercícios de 2016 e 2017, excluindo da base de cálculo o Crédito Presumido de ICMS considerado Subvenção para Investimentos conforme LC 160/2017, art. 30 da Lei 12.973/2014 e Convênio ICMS 190/2017, tal planejamento tributário gerou IRPJ/CSLL pagos a maior e Saldos Negativos, totalizando ambas as operações o valor de R\$ 2.418.671,57 e em contrapartida foi registrado no resultado na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente. Restando um saldo a compensar de R\$ 44.109,35.

Em 18/09/2020 transitou em julgado no TRF da 4ª região o processo nº 5003262-12.2010.4.04.7100 referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS da empresa Moinhos de Trigo Indígena S.A. - MOTRISA., portanto, o levantamento dos valores foi realizado no período de janeiro/2011 a dezembro/2020, no valor de R\$ 4.372.497,29 e em contrapartida no resultado na linha de outras receitas (despesas) o valor principal de R\$ 2.928.448,76 e os juros de R\$ 1.444.048,53 na linha receitas (despesas)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

financeiras líquidas conforme demonstrado nas notas explicativas 27 e 28 respectivamente. Em 2023 registramos atualização do crédito em R\$ 612.432,02, compensamos R\$ 1.641.046,03, remanescendo o saldo de R\$ 9.749.234,29.

Em 06/02/2019 transitou em julgado no TRF da 5ª região o processo nº 0002010-03.2010.4.05.8500 - referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS da empresa incorporada em dezembro/2010 Moinho de Sergipe S.A., portanto, o levantamento dos valores foi realizado no período de abril/2005 a dezembro/2010.

Em 13/12/2018 transitou em julgado no TRF da 5ª região o processo nº 0001310-72.2010.4.05.8000 - referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS da empresa incorporada em dezembro/2010 Moinho Motrisa S.A., portanto, o levantamento dos valores foi realizado no período de fevereiro/2005 a dezembro/2010.

A Companhia atualiza mensalmente os processos pela *Taxa Selic*.

8. Impostos e contribuições antecipados

ICMS sobre a matéria-prima “Trigo” recolhido por substituição tributária no Estado de Sergipe.

Descrição	2023	2022
ICMS próprio e substituto	4.218.089,29	1.655.609,17
Demais tributos	6.706,24	17.423,88
Total	4.224.795,53	1.673.033,05

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos tributários futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, em conformidade com o CPC 32. A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração. Em 2023 para sustentar a manutenção do crédito, a companhia contratou a empresa H&P Finance Solution para elaboração do Teste de Impairment, com apresentação do laudo de avaliação dos referidos tributos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

a. Impostos e contribuições diferidos - ativos

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para processos c/dep. jud.	-	-	1.979.874,56	1.979.874,56
Provisão para honorários advocatícios	1.097.894,83	1.097.894,83	1.097.894,83	1.097.894,83
Provisão para processos trabalhistas	565.933,63	565.933,63	1.998.404,03	1.998.404,03
Provisão para processos cíveis	86.909,34	86.909,34	592.199,29	592.199,29
Comissões retidas no ano	237.339,86	237.339,86	579.326,21	579.326,21
Variação cambial passiva	57.216.894,78	57.216.894,78	52.010.230,00	52.010.230,00
(-) Variação cambial passiva - operações liquidadas	- 2.978.940,79	- 2.978.940,79	- 1.720.643,40	- 1.720.643,40
Prejuízos fiscais/Base negativa	90.912.333,33	93.148.902,14	90.912.333,33	93.148.902,14
Base de cálculo	147.138.364,98	149.374.933,79	147.449.618,85	149.686.187,66
IRPJ alíquota 15%	22.070.754,76	-	22.117.442,82	-
IRPJ adicional alíquota 10%	14.713.836,52	-	14.744.961,88	-
CSLL alíquota 9%	-	13.443.744,04	-	13.471.756,89
Total	36.784.591,28	13.443.744,04	36.862.404,69	13.471.756,89

Descrição	2023	2022
IRPJ	22.070.754,76	22.117.442,82
IRPJ adicional	14.713.836,52	14.744.961,88
CSLL	13.443.744,04	13.471.756,89
Total	50.228.335,32	50.334.161,59

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão, respectivamente, realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, as quais estão baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras, econômicas e de negócios, as quais estão sujeitas as incertezas de mercado.

A projeção foi sustentada pelo laudo de teste de impairment realizado pela empresa H&P Finance Solution, com previsão de realização em até 15 anos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

b. Impostos e contribuições diferidos – passivos

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Reserva de reavaliação em 1999	7.569.749,96	7.569.749,96	7.569.749,96	7.569.749,96
Terrenos reavaliados em 1999	1.245.298,02	1.245.298,02	1.245.298,02	1.245.298,02
Varição cambial ativa	47.851.684,67	47.851.684,67	38.750.501,08	38.750.501,08
(-) Varição cambial ativa operações liquidadas	- 15.456,69	- 15.456,69	- 12.351,49	- 12.351,49
Realização da reserva de reavaliação anos anteriores	(5.240.131,47)	(5.240.131,47)	(5.240.131,47)	(5.240.131,47)
Realização da reserva de reavaliação ano corrente	(262.336,88)	(262.336,88)	(206.547,27)	(206.547,27)
Base de cálculo	51.148.807,61	51.148.807,61	42.106.518,83	42.106.518,83
IRPJ alíquota 15%	7.672.321,12	-	6.315.977,80	-
IRPJ adicional alíquota 10%	5.090.880,74	-	4.187.887,01	-
CSLL alíquota 9%	-	4.603.392,76	-	3.789.586,78
Total	12.763.201,86	4.603.392,76	10.503.864,82	3.789.586,78

Descrição	2023	2022
IRPJ	7.672.321,12	6.315.977,80
IRPJ adicional	5.090.880,74	4.187.887,01
CSLL	4.603.392,76	3.789.586,78
Total	17.366.594,62	14.293.451,59

c. Imposto de renda e contribuição social - corrente

	2023		2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Conciliação				
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.146.209,12	1.146.209,12	3.618.118,62	3.618.118,62
Adições				
Reserva de reavaliação de imóveis	51.144,82	51.144,82	55.910,82	55.910,82
Varição cambial passiva	5.228.250,21	5.228.250,21	11.610.801,06	11.610.801,06
Varição cambial ativa - operações liquidadas	34.925,77	34.925,77	39.464,21	39.464,21
Outras adições	1.289.499,02	1.289.499,02	1.546.015,95	1.546.015,95
Exclusões				
Subvenção para investimentos - Estados de AL e SE	(9.795.910,05)	(9.795.910,05)	(12.210.936,65)	(12.210.936,65)
Varição cambial ativa	(9.109.489,24)	(9.109.489,24)	(16.476.443,17)	(16.476.443,17)
Varição cambial passiva - operações liquidadas	(40.690,52)	(40.690,52)	(322.609,05)	(322.609,05)
Outras exclusões	(3.365.291,99)	(3.365.291,99)	(1.611.808,13)	(1.611.808,13)
Prejuízo fiscal/lucro fiscal	(14.561.352,86)	(14.561.352,86)	(13.751.486,34)	(13.751.486,34)
(-) COMPENS.C/PREJ.FISCAIS (Limit.a 30%)	-	-	-	-
(=) LUCRO REAL	(14.561.352,86)	(14.561.352,86)	(13.751.486,34)	(13.751.486,34)
IRPJ APURADO:				
À Alíquota de 15%	-	-	-	-
Adicional	-	-	-	-
(-) PAT	-	-	-	-
IRPJ DEVIDO ACUMULADO	-	-	-	-
CSLL DEVIDA ACUMULADA	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

10. Imóveis à venda

Descrição	2023	2022
Terreno - São Gonçalo do Amarante/CE	129.252,70	129.252,70
Terreno - Tucano/BA	34.400,00	34.400,00
Terrenos/Prédios - Murici/AL	6.629.521,01	6.629.521,01
Total	6.793.173,71	6.793.173,71

Terrenos recebidos como dação de dívidas / acordos judiciais e colocados à venda pela Companhia.

11. Depósitos judiciais

Descrição	2023	2022
Processos trabalhistas	492.605,76	286.568,10
Processos fiscais	1.770.249,73	1.770.249,73
Processos previdenciárias	209.624,83	209.624,83
Processos cíveis	534.466,12	496.875,10
Total	3.006.946,44	2.763.317,76

A Companhia está contestando alguns processos nas esferas, trabalhista, tributária, previdenciária e cível, cuja exigibilidade está em discussão.

12. Partes relacionadas

A realização deste ativo depende da concretização do projeto de revitalização a ser executado durante os próximos exercícios sociais, portanto, a Administração decidiu provisionar o valor parcialmente, pois não existe uma real perspectiva de realização deste ativo. O saldo em 31/12/2023 é de R\$ 115.650,90 (em 2022 era de R\$ 112.936,16)

13. Outras contas a receber

Descrição	2023	2022
Eletrobrás indébito	11.373.994,15	11.248.016,37
Total	11.373.994,15	11.248.016,37

Crédito oriundo do Processo nº 0803168-90.2019.4.05.8000, transitado em julgado em 05/04/2017 e confirmado o valor através dos cálculos periciais em 31/07/2021, aguardando pagamento pela devedora/Eletrobrás.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

14. Investimento

A Companhia possui 99,2933% de participação na controlada Sarandi Alimentos S.A., no entanto, por falta de perspectiva de realização desse ativo e o atual estágio da empresa inoperante, em 2023 e 2022 não foi reconhecido à equivalência patrimonial do investimento. O saldo em 31/12/2023 é de R\$ 4.897,00 (em 2022 era de R\$ 4.897,00).

15. Imobilizado

Composição dos saldos			<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>		Taxas médias anuais de depreciação %
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>			
Terras e Terrenos	R\$ 3.321.238,15	R\$ 0,00	R\$ 3.321.238,15	R\$ 3.321.238,15			-
Edificações e Construções	R\$ 8.222.560,59	R\$ (5.639.820,12)	R\$ 2.582.740,47	R\$ 2.809.450,65			2,92%
Instalações e Benfeitorias	R\$ 15.751.779,36	R\$ (6.296.496,47)	R\$ 9.455.282,89	R\$ 9.839.465,17			2,92%
Máquinas e Equipamentos	R\$ 23.650.848,95	R\$ (19.717.233,50)	R\$ 3.933.615,45	R\$ 4.591.153,46			6,67%
Móveis e Utensílios	R\$ 1.117.110,07	R\$ (900.586,12)	R\$ 216.523,95	R\$ 252.252,07			6,67%
Veículos	R\$ 2.602.036,15	R\$ (2.588.364,74)	R\$ 13.671,41	R\$ 14.789,45			6,67%
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 1.136.525,34	R\$ (991.181,34)	R\$ 145.344,00	R\$ 171.607,28			6,67%
Outras Imobilizações	R\$ 75.786,40	R\$ (11.939,78)	R\$ 63.846,62	R\$ 63.900,26			3,33%
Obras em Andamento	R\$ 906.597,27	R\$ 0,00	R\$ 906.597,27	R\$ 906.597,27			-
	R\$ 56.784.482,28	R\$ (36.145.622,07)	R\$ 20.638.860,21	R\$ 21.970.453,76			

Movimentação do Imobilizado

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>Baixas e transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2023</u>
Terras e Terrenos	R\$ 3.321.238,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.321.238,15
Edificações e Construções	R\$ 2.809.450,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ (226.710,18)	R\$ 2.582.740,47
Instalações e Benfeitorias	R\$ 9.839.465,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ (384.182,28)	R\$ 9.455.282,89
Máquinas e Equipamentos	R\$ 4.591.153,46	R\$ 59.786,55	R\$ (99.700,25)	R\$ (617.624,31)	R\$ 3.933.615,45
Móveis e Utensílios	R\$ 252.252,07	R\$ 4.804,79	R\$ (4.919,95)	R\$ (35.612,96)	R\$ 216.523,95
Veículos	R\$ 14.789,45	R\$ 132.101,88	R\$ (132.101,88)	R\$ (1.118,04)	R\$ 13.671,41
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 171.607,28	R\$ 6.892,81	R\$ (6.859,93)	R\$ (26.296,16)	R\$ 145.344,00
Outras Imobilizações	R\$ 63.900,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ (53,64)	R\$ 63.846,62
Obras em Andamento	R\$ 906.597,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 906.597,27
	R\$ 21.970.453,76	R\$ 203.586,03	R\$ (243.582,01)	R\$ (1.291.597,57)	R\$ 20.638.860,21



CNPJ Nº 88.447.032/0001-80

NIRE 43300007766

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

O Parque Industrial de Maceió/AL composto por terrenos, edificações e benfeitorias, estão em garantia junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., e em relação ao Parque Industrial de Aracaju/SE composto por terrenos, edificações, benfeitorias e máquinas, estão em garantia junto ao fornecedor Cargill Incorporated.

Em 2021 foram feitos os levantamentos físicos e confrontados com a contabilidade, gerando baixas em virtude de sobras contábeis. Na conta dos bens foram efetuadas as baixas em virtude das sobras no valor de R\$ 6.867.065,93, em contra partida por essas baixas foram carregadas também a baixa da Depreciação Acumulada no valor de R\$ 5.999.674,37, trazendo para o resultado do exercício o valor de R\$ 867.391,56 positivamente. Adotamos as novas taxas de depreciação em consequência da nova estimativa de vida útil dos bens, levantadas pela empresa contratada IBIAEON Consultoria Patrimonial Avaliações e Informática, implantando os valores no novo Módulo do Sistema TOTVS no Mês de Abril/2021, computando os cálculos às novas taxas a partir do Mês de Maio/2021, gerando reversão de depreciação lançada anteriormente a maior no resultado, no valor de R\$ 962.128,53. Finalizando, o efeito positivo da adequação do imobilizado às novas taxas e aos bens existentes resultou em R\$ 94.736,97 no exercício.

Diante do trabalho desenvolvido de adequação do imobilizado, a despesa de depreciação para os próximos exercícios reduzirá aproximadamente R\$ 115.422,17 ao mês.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

16. Intangível
Composição dos saldos

			<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>		<u>Taxas médias anuais de amortização %</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>		<u>Líquido</u>		
Desenvolvimento Tecnológico	R\$ 76.762,07	R\$ (76.762,07)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20%
Desenvolvimento de Produtos	R\$ 327.958,40	R\$ (327.958,40)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20%
Softwares	R\$ 985.016,64	R\$ (976.185,58)	R\$ 8.831,06	R\$ 14.986,87	R\$ 14.986,87	R\$ 14.986,87	20%
Marcas e Patentes	R\$ 8.220,00	R\$ 0,00	R\$ 8.220,00	R\$ 8.220,00	R\$ 8.220,00	R\$ 8.220,00	-
	R\$ 1.397.957,11	R\$ (1.380.906,05)	R\$ 17.051,06	R\$ 23.206,87	R\$ 23.206,87	R\$ 23.206,87	

Movimentação do Intangível

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>Baixas e transferências</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2023</u>
Desenvolvimento Tecnológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Desenvolvimento de Produtos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Softwares	R\$ 14.986,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ (6.155,81)	R\$ 8.831,06
Marcas e Patentes	R\$ 8.220,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.220,00
	R\$ 23.206,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ (6.155,81)	R\$ 17.051,06

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

17. Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Após o protocolo e deferimento do pedido de recuperação judicial, as amortizações foram suspensas, até a aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Produtos Financeiros</u>	<u>Taxas</u>	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Banco Itaú Unibanco S.A.	Empréstimo	9,60 % a.a.	3.151.761,67	12.607.046,69	16.709.883,16	-
Banco do Brasil S.A.	Finame	3,50 % a.a.	-	-	303.594,73	12.052.396,26
Banco do Brasil S.A.	Empréstimo	CDI + 5,6% a.a.	3.150.000,00	10.099.786,54	1.800.000,00	-
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Empréstimo FNE e RECIN	CDI + 4,9070 % a.a.	4.627.184,75	12.423.428,62	4.867.044,82	-
Cargil Incorporated	Contrato de Confissão de Dívidas	3,25% a.a. + VC	10.619.316,22	36.878.373,61	11.046.850,73	47.042.840,63
			21.548.262,64	72.008.635,46	34.727.373,44	59.095.236,89

Os financiamentos apresentam o vencimento final de 2023 até 2028.

As garantias dos financiamentos e os empréstimos são respectivamente os próprios bens alienados, garantia hipotecária e os avais dos diretores executivos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

18. Fornecedores

Descrição	2023	2022
Fornecedores nacionais	21.758.929,32	5.074.007,26
Total	21.758.929,32	5.074.007,26

19. Impostos e contribuições a recolher (circulante e não circulante)

Descrição	2023	2022
Municipal	15.259,43	7.230,38
Estadual (a)	690.990,62	(9.893.513,53)
Parcelamentos estaduais/federais (b)	13.424.992,02	13.219.310,06
Federal	667.335,28	1.275.964,07
Total circulante	14.798.577,35	4.608.990,98

Descrição	2023	2022
Parcelamentos estaduais/federais (b)	42.832.693,17	36.443.533,98
Total não circulante	42.832.693,17	36.443.533,98

(a) A sistemática de apuração do ICMS sobre aquisição de trigo, se dá no conta corrente, com o ICMS Devido a cada aquisição e os abatimentos referente à partilha realizada para cada Estado, e retorna a sua natureza credora quando do recebimento de cargas de trigo com novo ICMS devido registrado a crédito da conta e computando o direito de abater o que foi recolhido (devido) através dos repasses para Outros Estados.

(b) Os parcelamentos de ICMS sobre a importação do “Trigo” são atualizados pela Taxa Selic e apresentam o vencimento final de 2025 a 2030.

20. Outras contas a pagar

Descrição	2023	2022
Honorários s/recuperação do ICMS SE s/farelo de trigo	-	8.972.147,30
Honorários s/exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS	1.203.115,90	1.203.115,90
Demais contas a pagar	1.706.133,51	700.436,16
Total circulante	2.909.249,41	10.875.699,36

Descrição	2023	2022
Honorários s/recuperação do ICMS BA, PE e SE s/farelo de trigo	17.160.039,12	5.881.126,83
Honorários s/exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS	626.850,38	559.495,07
Honorários processos A.I. SEFAZ/SE e Eletrobrás indêbito	3.930.403,51	3.905.207,96
Demais contas a pagar	563.963,22	348.376,45
Total não circulante	22.281.256,23	10.694.206,31

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

A Companhia registrou honorários advocatícios de êxito em processos de Recuperação do ICMS BA, PE e SE s/farelo de trigo, bem como sobre processo referente à Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, pelo reconhecimento dos créditos transitado em julgado.

21. Provisões para contingências

Descrição	2023	2022
Fiscais (a)	-	1.770.249,73
Previdenciárias (b)	-	209.624,83
Trabalhistas (c)	565.933,63	1.998.404,03
Cíveis (d)	86.909,34	592.199,29
Honorários advocatícios (e)	1.097.894,83	1.097.894,83
Total	1.750.737,80	5.668.372,71

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas, tributárias, previdenciárias e cíveis. As ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, em conta vinculada, classificada no Ativo Não Circulante.

- a) As provisões fiscais são demandas judiciais de ICMS/RS, PIS/COFINS sobre receitas financeiras e o adicional de 10% do FGTS sobre demissão sem justa causa, em 2023 foram revertidas/ajustadas baseadas nas respostas às cartas de circularização dos advogados detentores das ações.
- b) Estão relacionadas às discussões de incidência previdenciária sobre a folha de pagamento, também foram revertidas/ajustadas sustentadas pelo mesmo motivo do item anterior.
- c) As provisões trabalhistas envolvem principalmente reclamações de horas extras, adicionais e vínculo empregatício.
- d) Estão relacionadas a processos indenizatórios na esfera Cível.
- e) A provisão de honorários advocatícios corresponde ao percentual do ganho sobre os processos que são considerados como perda remota pelos consultores jurídicos.

A Companhia também possui outras ações judiciais em andamento que de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos foram consideradas com probabilidade de perda possível, que em 31 de dezembro de 2023 totalizavam o montante de aproximadamente R\$ 79.171.101,72 (R\$ 82.694.295,04 em 2022).

22. Acionistas / pessoas físicas

Descrição	2023	2022
Conta corrente	255,00	255,00
Suprimentos - pessoas físicas	-	-
Dividendos e JSCP não retirados	150.762,14	158.116,63
Total	151.017,14	158.371,63

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

23. Patrimônio líquido e destinação de resultados

a. Capital Social

Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país. Subscrito e integralizado e representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da Companhia em 1999 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, o valor registrado é de R\$ 8.815.047,98 sendo sua realização acumulada de R\$ 5.502.468,35 em 2023 (R\$ 5.446.678,74 em 2022). O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante R\$ 1.162.007,84 em 2023 (R\$ 1.143.039,35 em 2022).

c. Reservas de Lucros

i. Reserva legal

Constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

ii. Reserva de incentivos fiscais

Constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia.

iii. Reserva de lucros retidos

Constituída por determinação do Estatuto Social da Companhia, como destinação de uma parcela do lucro do exercício.

iv. Destinação de Resultados

Descrição	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício	(2.032.760,18)	748.021,95
Realização da Reserva de Reavaliação	36.821,12	36.901,13
Total	(1.995.939,06)	784.923,08
Destinação p/reserva legal	-	37.401,10
Destinação p/reserva de incentivos fiscais	9.795.910,05	12.210.936,65
Destinação p/reserva de lucros retidos	36.821,12	36.901,13
Utilização de Reserva de Incentivos Fiscais p/ compensação do prejuízo do exercício	(11.828.670,23)	(11.500.315,80)

A proposta de destinação do lucro do exercício de 2022 foi referendada na AGO nº 103 de 20 de abril de 2023.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

d. Ações em tesouraria

Sem movimentação durante o exercício 2023.

24. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem a natureza de subvenção para investimento, sendo ela monetária e registrada pelo seu valor nominal.

Referente ao incentivo fiscal estadual PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, no Estado de Sergipe, decorrente da aquisição de trigo a granel, o benefício concedido no exercício foi de R\$ 9.795.910,05 (R\$ 12.210.936,65 em 2022), alocado ao resultado na linha Tributos sobre vendas.

25. Receita líquida de vendas

Receita bruta	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	Farinhas de trigo e derivados	Farinhas de trigo e derivados
Mercado interno	171.853.154,28	220.103.163,46
Deduções sobre vendas	(34.705.478,04)	(45.748.483,26)
Tributos	(39.742.702,66)	(54.971.051,21)
Incentivo fiscal PSDI	9.795.910,05	12.210.936,65
Devoluções	(4.758.685,43)	(2.988.368,70)
Receita líquida	137.147.676,24	174.354.680,20

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

26. Despesas por natureza

Despesas de Vendas	2023	2022
Salários, encargos e serviços de terceiros	(5.922.385,71)	(6.353.267,70)
Gastos gerais	(2.992.308,08)	(4.026.236,12)
Comissões	(236.308,76)	(377.636,40)
Bonificações	(40.558,17)	(96.758,75)
Armazenagem	(4.992,95)	(7.246,14)
Fretes próprios	(2.173.684,11)	(2.851.847,14)
Fretes e carretos	(2.333.575,54)	(2.554.166,45)
Acordo comercial	(4.659.224,39)	(3.882.142,79)
Eventos e promoções	(5.683,30)	(2.328,82)
Propaganda e publicidade	(26.014,00)	-
Reversão (Provisão) créditos liquidação duvidosa	(352.992,12)	(367.101,07)
Total	(18.747.727,13)	(20.518.731,38)

Despesas Administrativas	2023	2022
Folha de pagamento	(4.592.479,54)	(4.334.879,19)
Consultorias e assessorias	(7.644.764,85)	(4.944.913,10)
Despesas com viagens	(371.798,36)	(203.319,14)
Provisões fiscais	1.770.249,73	-
Reversão provisões previdenciárias	209.624,83	-
Provisões trabalhistas	1.431.470,40	(457.868,61)
Provisões cíveis	505.289,95	(95.324,19)
Depreciações e amortizações	(787.707,58)	(848.173,25)
Manutenções em geral	(354.959,26)	(383.494,10)
Demais despesas	(985.088,99)	(354.273,88)
Total	(10.820.163,67)	(11.622.245,46)

Honorários da Administração	(2.250.000,00)	(2.020.000,00)
------------------------------------	-----------------------	-----------------------

27. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Descrição	2023	2022
Recuperação despesas exercício anterior	63.563,38	2.530.077,04
Alienação / Provisão líquida imobilizados e investimentos	384.287,72	1.614.639,20
Arrendamento do parque industrial de Maceió/AL	3.064.314,81	2.854.911,33
Outras receitas (despesas)	(156.044,07)	(156.967,72)
Total	3.356.121,84	6.842.659,85

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

28. Resultado financeiro

Receitas financeiras	2023	2022
Juros, descontos obtidos e ressarcimento de custas	267.082,87	695.347,50
Jrs s/ recuperação do ICMS BA, PE e SE s/ farelo do trigo (vide NE 7.c)	13.673.884,79	15.094.736,27
Jrs s/ exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS (vide NE 7.g)	612.432,02	664.130,75
Jrs s/processo indébito Eletrobrás	125.977,78	1.199.333,03
Rendimentos s/ aplicações financeiras	40.703,92	77.312,95
Variação cambial ativa	9.109.489,24	16.476.443,17
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(685.584,28)	(840.453,39)
Deságio na aquisição de direitos creditórios	-	(76.949,53)
Total	23.143.986,34	33.289.900,75

Despesas financeiras	2023	2022
IOF	(287.380,21)	(149.832,29)
Despesas bancárias	(250.928,85)	(154.162,49)
Juros e descontos concedidos	(12.113.193,64)	(16.040.124,09)
Multas compensatórias	(1.073,81)	(3,40)
Variação cambial passiva	(5.232.933,49)	(11.610.801,06)
Total	(17.885.510,00)	(27.954.923,33)

Resultado financeiro	5.258.476,34	5.334.977,42
-----------------------------	---------------------	---------------------

29. (Prejuízo) lucro por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. No caso da Companhia, o lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao lucro (prejuízo) básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Descrição	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício da Companhia, em reais	(2.032.760,18)	748.021,95
Quantidade média ponderada de ações	44.000.000	44.000.000
Lucro líquido (Prejuízo) básico/diluído por ação - (Valores expressos em reais)	(0,05)	0,02

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

30. Seguros (não auditado)

A Administração adota a política de contratação de seguros suficiente para garantir a integridade de seu patrimônio e continuidade de suas operações.

31. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis.

32. Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão de contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e honorários advocatícios, em exercícios anteriores.

Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Munhós Thormann
Presidente

Meline Camargo Matiotti
Vice-Presidente

Anécia Severina Pereira Thormann
Conselheira

Henrique Longo Thormann
Conselheiro

Marlene Kerber Mello Godoy
Conselheira

Pedro Tocchetto Thormann
Conselheiro

DIRETORIA

André Reinaldo
Diretor Superintendente

Eloeste Ludwig
Diretor Executivo

Maria Rosiane Souza Silva
Contadora
CRC SE-004644/O-2
CPF 479.231.725-87